

A EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PROTAGONISMO JUVENIL¹

Ana Gabrieli Godinho²

Suely Aparecida Martins³

RESUMO

Este artigo⁴ busca trazer reflexões sobre o termo protagonismo juvenil e como ele se manifesta como um fenômeno social, cultural, histórico, principalmente no meio educacional. Levando em consideração a construção do termo nos organismos internacionais, permeado pelo contexto neoliberal da época, sua inserção no Brasil e como ele se manifesta na educação, desde sua introdução nos Organismos do Terceiro Setor (ONGs), e especificamente no Novo Ensino Médio por meio da análise da Medida Provisória 746 de 2016 que posteriormente tornou-se a Lei 13.415 de 2017 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, é preciso levar em consideração o papel do empresariado nesse processo, tanto internacionalmente com os organismos internacionais, quanto nacionalmente. Compreende-se que a educação é um constante movimento de reconstrução e ressignificação de si mesma, sendo uma “construção” individual e então social. Um processo/movimento inacabado. Além disso, a concepção de educação abordada neste trabalho é numa perspectiva materialista histórico dialética. Posto isso, este trabalho tem como objetivo relacionar a categoria “protagonismo juvenil” com os conceitos de sociedade, cultura e educação, para compreender como os mesmos estão imbricados e se inter-relacionam. Este trabalho tem como metodologia o levantamento bibliográfico de autores que redigem sobre o assunto, como Dardot e Laval (2016), Laval (2019), Souza (2006), Fernandes (2021), Siqueira, (2021), entre outros.

Palavras-chave: Protagonismo Juvenil; Novo Ensino Médio; Sociedade; Cultura; Educação

INTRODUÇÃO

O protagonismo juvenil ganhou espaço nas discussões internacionais ainda na década de 1990 e posteriormente no Brasil, por meio da participação da juventude e embutido nesta, o sentido neoliberal do termo. A partir desse momento o protagonismo acaba sendo inserido nas políticas educacionais brasileiras, até chegarmos ao Novo Ensino Médio, onde o protagonismo juvenil é destacado como a base da formação do projeto de vida.

¹ Este trabalho é resultado de análises e discussões dos textos da disciplina “Educação, Cultura e Sociedade”, desenvolvida no segundo semestre de 2022, no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. E-mail: ana_gabrieli2@hotmail.com

³ Professora orientadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. E-mail: martins_sue@hotmail.com

⁴ Esta produção teve apoio da CAPES e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unioeste – PPGEFB.

É preciso destacar ainda os conceitos de sociedade, cultura e educação, imbricados na expressão. Para isso utilizamos autores como Dardot e Laval (2016), Souza (2006), Souza (2009), Fernandes (2021), Siqueira (2021), entre outros que redigem sobre o assunto.

Este trabalho tem como objetivo discutir o protagonismo juvenil e sua relação com a educação brasileira, principalmente no contexto atual do Novo Ensino Médio. Ainda tem vistas de expor a articulação entre sociedade e cultura embutidos no termo.

O texto está organizado em introdução, metodologia, resultados e discussão – 1. O protagonismo juvenil e sua emergência; 2 Sobre a Reforma do Ensino Médio. 3. A tríade: educação, cultura e sociedade; considerações finais e referências.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado é a consulta bibliográfica de alguns autores, tais como Dardot e Laval (2016), Fernandes (2021), Siqueira (2021), Souza (2006), entre outros, com vistas a aprofundar conceitos e reflexões sobre o termo “protagonismo juvenil”, foco deste trabalho. Por meio disso, buscou-se um diálogo entre os autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Protagonismo Juvenil e sua Emergência

O foco na juventude aparece desde 1985, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Depois de o protagonismo aparecer nas entrelinhas como “participação”, e ligado também ao termo juventude, ele adentra no Brasil, ainda na década de 1990.

Souza (2009, p. 05) destaca que, depois da Fundação Odebrecht, seguiu-se o Instituto Ayrton Senna e várias outras organizações do terceiro setor. Este processo foi fomentado com a publicação do livro *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática [...]*, de autoria do pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa (SOUZA, 2009, p. 5).

Nas décadas de 1990 e 2000 o protagonismo juvenil foi incorporado nas atividades do terceiro setor, especialmente de Organizações Não Governamentais (ONGs), com o intuito de

envolver os jovens a participação ativa em projetos. Mas para Souza (2009, p. 17) não se tratava de uma ação política reivindicativa de direitos ou questionadora da ordem, como aquelas vividas pelos jovens nos movimentos estudantis dos anos de 1960, mas de uma participação com o sentido de fazer coisas, especialmente por meio da inserção em projetos.

A partir de então, o protagonismo vem atrelado às ideias de valorização do indivíduo e sua utilidade, é sinônimo de participação, autonomia e responsabilidade social. E o protagonismo voluntário acaba sendo considerado meio para a superação dos problemas sociais. Porém, de acordo com Ferreti (2004, p. 07) para os jovens não pobres viver o protagonismo significa o trabalho voluntário, já para os jovens empobrecidos, significa ações de resiliência para superarem as adversidades vividas por eles e suas famílias. Em ambos os casos está “a ideia de que iniciativas particulares podem ser bem-sucedidas na solução dos problemas sociais [...]” (SOUZA, 2006, p. 8). Ocorre assim, por meio da valorização de condutas protagonistas, a responsabilização dos próprios jovens que estão envolvidos em projetos e parcerias. A mudança social acaba ficando ligada diretamente com o fazer social do sujeito.

Sobre a Reforma do Ensino Médio

Em 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi implementada uma reforma administrativa, que possibilitou maior participação do empresariado nas políticas educacionais. Como demonstram Santo Filho, Lopes e Iora (2019, p. 161):

Essa aproximação do empresariado nas instâncias de governo permitiu um aumento considerável de novas organizações não governamentais (Fundações, Institutos e ONGs) na promoção de serviços sociais, a exemplo da saúde e educação. Com isso, o governo põe em ação a reforma administrativa do Estado Brasileiro, redefinindo o seu papel, mas também legitimando o papel da sociedade civil na oferta de serviços públicos.

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu no ano de 2000, e evidenciava-se disputa de interesses, ora dos trabalhadores, ora dos interesses da burguesia. Foi neste contexto de disputa por hegemonia que, em 2005, líderes empresariais se reuniram para debater sobre os rumos da educação brasileira frente a nova configuração do capitalismo e criaram o organismo empresarial Todos pela Educação passando a influenciar fortemente os rumos das políticas educacionais no país (MARSIGLIA et al, 2017, p. 113), entre elas aquelas voltadas

ao ensino médio. Em relação a esta etapa da escolarização passaram a questionar a “qualidade da sua oferta”, o baixo rendimento nos índices de avaliação e o descompasso entre os conteúdos e o interesse dos jovens, colocando em pauta a necessidade da reforma.

Já no ano de 2016, no governo de Michel Temer houve a formulação da Medida Provisória 746 de 2016, que posteriormente tornou-se a Lei 13.415 de 2017 que regulamenta o novo ensino médio. Entre suas principais mudanças destaca-se: a redução da formação básica comum, a flexibilização curricular e diferenciada (mantendo-se a obrigatoriedade de português e matemática durante todo o Ensino Médio), a abertura para o ensino a distância e para parcerias público privado. Em relação a flexibilização curricular, entre os itinerários formativos disponibilizados para a escolha dos jovens após cursarem a base comum, está presente a formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017).

E sobre a alteração no currículo, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCCEM). A sua formulação iniciou-se no primeiro semestre de 2015, ainda no governo de Dilma Roussef, concluindo-se, em 2017 – já na sua terceira versão - a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica e em 2018, com as incorporações da Lei 13.415/17, formando assim a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCCEM). “A Fundação Lemann se destaca como a principal parceira do setor privado na discussão da BNCC e foi a responsável por liderar todo esse processo” (MALANCHEN, SANTOS, 2020, p. 06). Além da fundação Lemann, colaboraram para a construção da BNCC, o Todos Pela Educação, Itaú Social e a Fundação Ayrton Senna, organizações do terceiro setor, como resposta aos objetivos do empresariado (CÓSSIO, 2014).

A reforma dividiu o ensino médio em uma parte de formação geral básica, fundamentada pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio – BNCCEM (de no máximo 1.800 horas nos três anos de ensino médio), e uma parte flexível, composta de itinerários formativos (de no mínimo 1.200 horas nos três anos de ensino médio):

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional (BRASIL. Lei 13.415/2017, p.3).

No contexto atual, com a Lei 13.415/2017 e a BNCCEM o protagonismo vem reforçado pelo projeto de vida. Logo no início ao tratar sobre a última etapa da educação básica, a Base enfatiza essa articulação:

Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma escola que acolha as diversidades, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser protagonistas de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida [...] (BRASIL, 2018, p. 463).

Por meio disso percebe-se como o protagonismo está sendo amplamente difundido no meio educacional atualmente. Reforçando ideais individualistas e de responsabilização do aluno pelo próprio sucesso ou fracasso, desconsiderando outros fatores.

A tríade: educação, cultura e sociedade

Neste momento, cabe refletir sobre a educação, e antes de tudo, sobre o próprio homem. Aquilo que sustenta o processo educativo, é segundo Freire, a inconclusão do homem. A busca pela educação é feita pelo sujeito deste processo, posto isso, o homem não é objeto do processo educativo, que Freire enfatiza, “uma busca constante de si mesmo” (1979, p. 28). A educação é permanente e se faz em processo, estamos todos nos educando. Por isso não é possível afirmar que há educados e não educados. O homem é um ser de relações, ele está no mundo e com o mundo. Ou seja, ele relaciona-se, sai de si mesmo, projeta-se nos outros, e vice-versa.

O cão e a árvore também são inacabados, mas o homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado [...] O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer essa auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação (FREIRE, 1979, p. 27).

Nesse sentido, a educação busca um “vir a ser”, assim como Teixeira (2007), afirma que a educação é o permanente esforço de redireção da própria natureza. É a natureza na sua grande aventura de ordem, de utilidade e de beleza, em uma permanente reconstrução de si mesma. Além disso a educação é um fenômeno individual e também social, ou seja:

Baste-nos salientar que, no indivíduo, a experiência humana se projeta sobre a natureza e a readapta para os próprios fins. A inteligência individual integra-se em suas origens e pelos seus atos e fins na natureza, emancipando-se do caráter individual (TEIXEIRA, 2007, p. 92).

Assim como a educação é um processo de reorganização e reconstrução, antes é um processo individual, e então social. Até mesmo nós enquanto professores, precisamos de um processo de aprendizado individual, para então socializar o conhecimento. “O ato pessoal do pensamento perde, então, toda a sua qualidade individual para se tornar, a essa altura, eminentemente social. Social é, de tal jeito, o seu conteúdo; sociais, os seus modelos; sociais, os seus objetivos e resultados.” (TEIXEIRA, 2007, p. 94). O autor ainda enfatiza que tudo no indivíduo é com efeito social, por isso a educação funciona, ela precisa ser socializada para acontecer.

É por meio da educação, deste fazer inacabado em que podemos chegar à cultura:

O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar, não em repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo [...] O homem não é, pois, um homem para a adaptação. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. (p. 31)

Nesse sentido, pode-se afirmar que a cultura é um contínuo processo de construção, assim como a educação e a sociedade: “Não existe sociedade. Existe um processo de sociedade. Não existe educação, existe um processo de educação” (TEIXEIRA, 2007, p. 87). Além disso, para uma melhor definição de cultura, cita-se:

Cultura é o conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. Juntamente com ESTRUTURA SOCIAL, POPULAÇÃO e ECOLOGIA, constitui um dos principais elementos de todos os sistemas sociais e é conceito fundamental na definição da perspectiva sociológica. (JONHSON, 1997, p. 59).

Ou seja, toda sociedade possui uma ou várias culturas, e estas são “cultivadas”, recriadas e repassadas em um processo de construção/reconstrução. A cultura está dividida em cultura material e não material: A *cultura material* inclui tudo o que é feito, modelado ou transformado como parte da vida social coletiva, da preparação do alimento à produção de aço e computadores, passando pelo paisagismo que produz os jardins do campo inglês. A *cultura não-material* inclui SÍMBOLOS – de palavras à notação musical -, bem como as ideias que modelam e informam a vida dos seres humanos em relações recíprocas e os sistemas sociais dos quais participam (JONHSON, 1997).

E ao levar em consideração o estudo de alguma sociedade, a cultura vem com um papel fundamental para melhor entendimento. Cabe aqui, conceituar sociedade:

Sociedade é um tipo especial de sistema social que, como todos os sistemas sociais distinguem-se por suas características culturais, estruturais e demográficas/ecológicas. Especificamente, é um sistema definido por um território geográfico (que poderá ou não coincidir com as fronteiras de NAÇÕES-ESTADO), dentro do qual uma população compartilha de uma cultura e estilo de vida comuns, em condições de autonomia, independência e auto-suficiência relativas. (JONHSON, 1997, p. 213).

Assim sendo, cultura e sociedade se articulam... não podem ser analisadas separadamente. E dentro de uma sociedade, os sujeitos que nela estão, são socializados: **Socialização** é o processo através do qual indivíduos são preparados para participar dos sistemas sociais. Incluído neste conceito há alguma compreensão de SÍMBOLOS e sistemas de ideias, LINGUAGEM e as relações que constituem os sistemas sociais (JONHSON, 1997). É importante evidenciar que a socialização ocorre ao longo de toda a vida, e por meio da educação, somos socializados.

Nesse sentido, é possível afirmar que há uma “tríade” entre educação, cultura e sociedade. Onde os mesmos estão articulados e se inter-relacionam.

O homem refez materialmente o mundo, encurtando todas as distâncias e centuplicando a quantidade de energia sob o seu controle direto. Toda essa grande luta representa o esforço de educação do homem. É, pois, da natureza da educação, tornar-se, dia a dia, mais complexa, mais vasta, mais acumulada. (TEIXEIRA, 2007, p. 99).

Ao refazer materialmente o mundo, o homem estava formando a sociedade, e produzindo cultura. Tudo isso passando pelo processo educativo, aí está a tríade em que esta disciplina nos propôs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo desta breve apresentação da relação educação/cultura e sociedade, é preciso olhar para o protagonismo juvenil no novo ensino médio, unido à tríade já apresentada. Pois, “Quando um homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções” (FREIRE, 1979, p. 30).

Quando ao longo do texto, a sociedade, cultura e educação são elencados como processos/construções, assim também é entendido o protagonismo. A categoria

“protagonismo juvenil”, se observada/estudada isoladamente, pode-se ter um equívoco, levando em conta somente a “aparência” do termo. Se assim fosse, o protagonismo juvenil carregaria em si somente um sentido, sendo sinônimo de participação, responsabilidade social, autonomia, atuação, iniciativa. Porém, é preciso levar em consideração a construção histórica do termo, permeada por diversas influências, que desvinculam o protagonismo juvenil de seu real sentido.

Quando inserido em um todo de múltiplas determinações, percebe-se que a categoria em questão é permeada pela globalização, pelo neoliberalismo, por políticas curriculares, reformas educacionais, entre outras. Portanto, é preciso olhar para o protagonismo com o pressuposto do movimento histórico de sua construção, permeando para o contexto educacional.

Ao tratar sobre cultura e educação, Snyders (1977) enfatiza a luta de classes que ocorre... evidenciada também no objeto de pesquisa do protagonismo juvenil no novo ensino médio:

A cultura é assim, local de luta porque nunca escapa à luta de classes que se processa consubstancialmente com a história. As ideias dominantes são as ideias da classe dominante, mas elas não se obstinariam a apresentar-se como dominantes se não se soubessem, não se sentissem ao mesmo tempo ameaçadas pela constante pressão das classes dominadas. (SNYDERS, 1977, p. 315).

Portanto, percebe-se que há uma certa dominação de uma cultura sobre a outra. E assim ocorreu na formação da Lei que regulamenta o Novo Ensino Médio e também da inserção do termo protagonismo juvenil nas políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. **Lei 13.415/2017**. Brasília, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

PIERRE, Dardot; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERRETTI, C. ZIBAS, D.; TARTUCE, G. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 1-7, mai./ago 2004. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/480>. Acesso em: 25 jun. 2023;

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MALANCHEN, Julia. SANTOS, Silvia Alves dos. Políticas e Reformas Curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a Base Nacional Comum Curricular e a Pedagogia das Competências. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, SP. v. 20, p. 01-20, 2020. Disponível em: <
file:///C:/Users/infoh/Desktop/MESTRADO/ORIENTA%C3%87%C3%95ES%20-%20PESQUISA/TEXTOS%20E%20FICHAMENTOS/TEXTOS%201.3%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20Emergencia%20do%20Protagonismo%20no%20Brasil/03%20-%20IMPORTANTEhistedbr,+17_GT_8656967_Malanchen.Santos.pdf>

MARSIGLIA, A. C.; PINA, L.D; MACHADO, V. O.; LIMA, M. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2008. Dicionário Michaelis, 2259 p.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. 351 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, R. M. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v.1, 1-28. 2009.

SANTO F. E.E.; LOPES, V.P.M.; IORA, J.A. Os reformadores empresariais e o Ensino Médio no Brasil: interesses e projetos em disputa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.11, n. 2, p. 159-170, abr. 2019.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da Educação**: a escola progressiva ou a transformação da escola. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.